

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

NARCLEYRE DIAS SANTOS

ENSINANDO A SER SAUDÁVEL:
UM ESTUDO SOBRE AS LIÇÕES DE LAURITO E PEDRINHO

CAMPINAS
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

NARCLEYRE DIAS SANTOS

ENSINANDO A SER SAUDÁVEL:
UM ESTUDO SOBRE AS LIÇÕES DE LAURITO E PEDRINHO

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP, para obtenção do título de licenciada em Pedagogia, sob orientação da Profa. Dra. Heloisa Helena Pimenta Rocha.

CAMPINAS
2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Santos, Narcleyre Dias, 1990-
Sa59e Ensinando a ser saudável : um estudo sobre "As Lições de Laurito e
Pedrinho" / Narcleyre Dias Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Heloísa Helena Pimenta Rocha.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. História da educação. 2. Higiene escolar. 3. Manuais Escolares. I. Rocha,
Heloísa Helena Pimenta, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Titulação: Licenciada

Data de entrega do trabalho definitivo: 14-12-2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço à vida.

Agradeço a minha família, principalmente minha mãe e irmã, por acreditarem em mim e darem todo apoio para que eu prosseguisse na minha caminhada. Mesmo a distância, as ausências nos finais de semana, no dia a dia não apagaram o amor que sinto por vocês. É muito importante saber que tenho um lugar para voltar, um porto seguro.

Agradeço à Unicamp, aos professores da Faculdade de Educação, que me proporcionaram momentos sublimes de aprendizado. Agradeço em especial à Heloísa, que acreditou no meu trabalho e não desistiu de me orientar mesmo com as intempéries da vida.

Agradeço aos amigos que passaram e principalmente aos que permaneceram na minha vida durante a faculdade e que fizeram, mesmo às vezes sem saber, essa etapa mais leve, mais bonita, mais gostosa de ser vivida fosse na moradia, na biblioteca, na sala de aula, nas festas, nos jantares, nos risos e no choro.

As pedras sempre irão existir no caminho, o que faz a diferença são as pessoas que encontramos nessa estrada, que nos ajudam a transpor esse obstáculo, pulando, alterando o caminho ou retirando a pedra.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o livro *As lições de Laurito e Pedrinho*, de autoria de Maragliano Junior, pertencente à coleção *Publicações Populares da SPES*, publicada pela Seção de Propaganda e Educação Sanitária do Estado de São Paulo (S.P.E.S.), no período de 1938 a 1969. O estudo articula-se ao conjunto de investigações que se voltam para a produção de uma história dos manuais escolares, interessada em compreender as dimensões ligadas à sua produção, circulação e apropriação. Busca contribuir, por meio da análise do texto selecionado, para a compreensão dos modos como a escola passou a ser concebida pelos médicos higienistas, a partir do final do século XIX, como um importante aliado na mudança de hábitos da população.

Palavras chave: História da Educação, Higienismo, Manuais Escolares.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.7
CAPÍTULO I. Políticas de saúde no Estado de São Paulo	p.17
1.1. Da polícia sanitária à educação sanitária	p.23
1.2. Do Serviço Sanitário ao Departamento de Saúde e Educação	p.25
CAPÍTULO II. Secção de Propaganda e Educação Sanitária.....	p.29
2.1. SPES: Comunicação de massa	p.36
2.2. Publicações Populares da SPES	p.40
CAPÍTULO III. As lições de Laurito e Pedrinho.....	p.42
3.1. Ilustrações	p.51
BREVES CONSIDERAÇÕES	p.55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 60

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o livro *As lições de Laurito e Pedrinho*, de autoria de Maragliano Junior, pertencente à coleção *Publicações Populares da SPES*, publicada pela Seção de Propaganda e Educação Sanitária do Estado de São Paulo (S.P.E.S.), no período de 1938 a 1969.

O interesse em analisar o livro surgiu após um ano e meio de pesquisa, entre 2009 e 2011, em um projeto de iniciação científica, orientado pela Profa. Dra. Heloísa Helena Pimenta Rocha, com financiamento do PIBIC/CNPq. O projeto inseria-se em um programa de investigação mais amplo, coordenado pela orientadora, com apoio do CNPq/Bolsa de Produtividade em Pesquisa e CNPq/Edital Universal 2009, sob o título *Biblioteca de Higiene para as crianças e seus mestres: produção, circulação e uso de manuais escolares*, o qual tinha como objetivo promover o levantamento, catalogação e análise de manuais escolares de Higiene destinados aos alunos das escolas primárias paulistas e à formação de professores, produzidos entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

O levantamento foi realizado, inicialmente, no Acervo Histórico de Livros Escolares (AHLE) da Biblioteca Monteiro Lobato, primeira biblioteca municipal infantil, criada em 1936, como parte do projeto do Departamento de Cultura do município de São Paulo, sob a direção de Mário de Andrade. O acervo do AHLE é composto por livros escolares das antigas bibliotecas públicas infantis da cidade, entre eles cartilhas, manuais, antologias e outros,

destinados ao ensino primário, secundário, técnico e aos cursos de formação de professores, publicados entre o século XIX e a década de 1980. A pesquisa nesse acervo permitiu o contato com alguns títulos que versam sobre questões ligadas à higiene e à saúde, publicados entre os anos de 1930 e 1950, entre os quais o livro de Maragliano Junior.

Além dessa obra, foram localizados os livros: *Aventuras no mundo da Higiene* (Érico Veríssimo, 1925) e *A festa das letras* (Cecília Meireles e Josué de Castro, 1937), ambos publicados pela Livraria do Globo; *Os decálogos da saúde* (1936), *Animaes venenosos* (193?.), *Como estudar com proveito* (193?.), de autoria de Sebastião M. Barroso, e *Vida Higiênica* (Pedro Deodato de Moraes, 6ª. edição, 1943), publicados pela Editora Melhoramentos; *Cartilha de Higiene* (Renato Kehl, 1936), pela Francisco Alves.

Foi possível observar que os livros identificados no acervo do AHLE foram publicados entre as décadas de 1920 e 1950, tendo como objetivo central transmitir conselhos e orientações sobre higiene e cuidados com a saúde e a alimentação, aos professores, crianças e seus pais, a partir de pequenos textos e de imagens. Em seu conjunto, esses livros destacam a importância de cuidar da saúde e ter hábitos higiênicos, não apenas em benefício próprio, mas como uma forma de contribuir para o desenvolvimento da nação.

Uma segunda parte da pesquisa consistiu no rastreamento de manuais escolares no Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, localizado na capital paulista. O museu conta com um rico acervo, composto por uma ampla coleção de impressos voltados para as questões de saúde, relatórios, livros e objetos

utilizados nas campanhas sanitárias. A pesquisa possibilitou a identificação de livros da coleção *Publicações Populares da SPES*, além de impressos sobre diversas doenças publicados por esse órgão e alguns impressos do Serviço Nacional de Educação Sanitária. Como parte dos livros que compõem essa coleção, foram localizados os seguintes títulos: *O gigante invisível* (Afonso Schmidt, 195?), *A maior riqueza* (Gracita Miranda, 1952), *Higiene dentária* (Moacyr de Macedo Pinto, 1952), *Nutrição e dietética* (1952), *Baile de formatura* (Guilherme de Almeida, 1953), *A última caçada* (Enéas do Amaral, 1953), *O pacto com o demônio* (Galeão Coutinho, 1953), como também *As lições de Laurito e Pedrinho* (Maragliano Junior, 1953).

A coleção SPES reúne livros em formato pequeno, contendo em torno de trinta e duas páginas, nas quais são apresentadas narrativas em uma linguagem simples, acompanhadas de alguns desenhos em preto e branco. Os títulos são bastante chamativos; alguns deles parecem se referir aos problemas de saúde de que tratam, por meio de metáforas, como é caso da obra *O gigante invisível*, que aborda a tuberculose.

O livro *As lições de Laurito e Pedrinho*, localizado tanto no AHLE como no Museu Emilio Ribas, traz o registro da sua aprovação pelo Departamento de Educação, como livro de leitura auxiliar para o curso primário. Além disso, traz a indicação de que um dos objetivos que orientaram a publicação da coleção era o de atingir os alunos das escolas primárias. Logo na primeira folha do livro, há um agradecimento do autor a Thales de Andrade, renomado educador e escritor de literatura infantil, nomeado para o Serviço de Assistência Técnica do Ensino Rural e, em 1947, alçado ao cargo de diretor Geral do Departamento

de Educação. As palavras de agradecimento do autor procuram realçar o papel de Thales de Andrade na produção do livro, destacando a sua contribuição na orientação pedagógica impressa à obra¹. A partir da informação contida nessa e nos demais livros localizados, de que a coleção era distribuída gratuitamente pela SPES aos interessados, podemos levantar a hipótese de que essa coleção alcançou um público amplo.

Este estudo toma como fonte e objeto o livro *As lições de Laurito e Pedrinho* articulando-se ao conjunto de investigações que se voltam para a produção de uma história dos manuais escolares, interessada em compreender as dimensões ligadas à sua produção, circulação e apropriação. Busca contribuir, por meio da análise do texto selecionado, para a compreensão dos modos como a escola passou a ser concebida pelos médicos higienistas, a partir do final do século XIX, como um importante aliado na mudança de hábitos da população, uma vez que se acreditava que ela era capaz de modelar o corpo e a alma infantis, o que culminaria na reinvenção do homem, dando origem a uma nova espécie, o *Homo Hygienicus*. Nesse processo, os manuais escolares de higiene se constituíram em uma das formas de levar à população esse novo ideal de vida, pois além dos alunos, os higienistas acreditavam que alcançariam também as suas famílias, por meio de textos simples, acompanhados, em geral, de ilustrações.

¹“Este trabalho, dedicado aos escolares do Brasil, deve sua existência às sugestões do eminente educador Thales Castanho de Andrade, cuja sábia orientação pedagógica muito contribuiu para a sua feitura, razão pela qual aqui ficam consignados nossos melhores agradecimentos” (MARAGLIANO JUNIOR, 1953, p.3).

Versando sobre diferentes aspectos, as obras localizadas, no âmbito do projeto de iniciação científica que deu origem a este trabalho, permitem uma aproximação do universo de impressos que foram produzidos, entre as décadas de 1920 e 1950, com o intuito de divulgar o discurso da higiene no universo escolar. As prescrições higiênicas apresentadas por meio das palavras e das imagens que compõem essas obras procuram reorientar o cotidiano das crianças, ensinando-lhes a viver em conformidade com uma série de regras que incidem sobre os cuidados com o asseio do corpo, das roupas, com a alimentação, o sono, dentre outros aspectos. Não se pode perder de vista a intenção que perpassa esses impressos de atingir, por meio das crianças, as suas famílias, ensinando-lhes modos de viver a vida cotidiana pautados nas certezas da doutrina higienista.

Na escolha do objeto de estudo, levou-se em conta as contribuições de alguns autores que têm chamado a atenção para o potencial dos manuais escolares na compreensão da história da educação. Em um artigo que discute a história dos livros didáticos, Choppin (2004) destaca que o interesse dos pesquisadores pelos livros didáticos é recente, assinalando que, atualmente, este é um campo de pesquisa em crescente desenvolvimento, em um número cada vez maior de países. Para Choppin (2004, p.552), os livros escolares assumem diversas funções podendo variar de acordo com o “ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização”. Dentre elas quatro são essenciais:

1. Função referencial ou função curricular/programática: refere-se ao fato de que, quando existem programas de ensino, o livro didático se

constitui, em geral, em uma tradução do programa. Ele é o suporte dos conteúdos educativos, conhecimentos e técnicas que um determinado grupo social acredita ser importante transmitir para as próximas gerações;

2. Função instrumental: a partir de métodos de aprendizagem, o livro didático propõe atividades para auxiliar a memorização dos conhecimentos, resolução de problemas, aquisição de habilidades, etc.;

3. Função ideológica e cultural é considerada a função mais antiga e diz respeito às possibilidades de pensar o livro didático como um importante vetor da cultura e dos valores dominantes;

4. Função documental: refere-se ao fato de que o livro didático pode oferecer um conjunto de documentos textuais e icônicos, e, além disso, de que a observação ou a comparação deste material pode desenvolver o espírito crítico do aluno. Mas, para isso, são necessários ambientes pedagógicos que privilegiem a iniciativa pessoal e a autonomia da criança, bem como professores com um nível de formação elevado.

Como lembra Choppin, no século XIX, os Estados Nacionais reivindicaram a participação no processo de formação das novas gerações, passando a substituir as famílias e as autoridades religiosas, tornando-se o livro escolar um símbolo da soberania nacional. As antigas colônias da América Latina, o Japão da era Meiji e a China do início do século XIX adotaram modelos educativos europeus ou neles se inspiraram para controlar a elaboração, a produção, a distribuição e o uso dos livros didáticos. Inicialmente, esse controle da produção visava subordinar os manuais ao

discurso oficial e também evitar e eliminar qualquer interpretação que fosse prejudicial aos interesses do Estado. O controle também era feito por instituições independentes, desde o início do século XIX, que tinham como objetivo eliminar dos livros didáticos de vários países os estereótipos ou afirmações que pudessem causar o desentendimento entre os povos ou, ainda, colocar a paz em perigo ou questionamento.

Ao pesquisar o livro didático como fonte para a História da Educação, Delgado (1983) define os livros didáticos como uma importante fonte de informação para a pesquisa, assinalando que, apesar de ser pouco valorizado e ter uma vida curta, esse material pode ser encontrado com uma relativa facilidade pelos pesquisadores. Segundo esse autor, é possível analisar os valores, as atitudes religiosas, sociais, econômicas, políticas, etc., implícitas nesse material, os quais se encontram, em geral, com mais visibilidade que em outros documentos histórico-pedagógicos. Entre os aspectos destacados por Delgado como relevantes na análise dos livros escolares, estão: o preço do exemplar, o número de exemplares vendidos, a difusão geográfica, o tempo para que uma edição se esgote, os lugares de venda, as instituições que os adquiriram e usaram nas aulas, assim como os sistemas de produção e distribuição.

O preço de um determinado livro pode responder pela sua rápida ou lenta difusão. No entanto, o número de exemplares vendidos não permite avaliar a qualidade e aceitação do mesmo, sobretudo quando é imposto como material de uso obrigatório por uma entidade religiosa ou de qualquer outro tipo. Além desses aspectos, outros fatores devem ser conhecidos, pois podem

explicar o índice de vendas, entre eles o custo final do livro, o tipo de papel, as ilustrações, os direitos autorais, os descontos aos distribuidores e aos professores das escolas que os utilizavam. Com isso, o autor procura demonstrar que os livros escolares são uma importante e rica fonte de pesquisa, ao mesmo tempo em que destaca as possibilidades de analisar o material, sob variados aspectos.

Examinando a produção de livros didáticos no Brasil, no período compreendido entre 1810 e 1910, Bittencourt (2004) discute o problema da autoria do livro didático, enfatizando os aspectos ligados à aproximação dos autores e editoras do poder institucional. Segundo assinala a autora, no período estudado, as obras didáticas deveriam seguir os programas oficiais. Com isso, fica evidente a estreita ligação entre o poder institucional responsável pela definição da política educacional e os autores, os quais muitas vezes estavam diretamente ligados a ele. As editoras também mantinham uma relação próxima do poder estatal, fato que explica os critérios de escolha dos autores, muitos deles pertencentes às esferas governamentais. Já que, como explicita Bittencourt, era necessária a aprovação do Estado para a circulação de compêndios e cartilhas. Desse modo, a escolha de um autor ligado ao governo, consistia num fator que aumentava a chance de um livro ser aprovado.

O recente interesse dos pesquisadores pelos livros escolares e a valorização desse material como fonte de pesquisa para a compreensão do passado educacional pode ser observado por meio do surgimento, nos últimos anos, de vários grupos de pesquisa, em diversos países, que têm se

organizado em torno dos objetivos de localizar, catalogar e disponibilizar esse material. Uma dessas iniciativas, à qual se vincula o projeto de que resultou este trabalho de conclusão de curso, é o projeto MANES, que surgiu em 1992 na Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) na Espanha, em decorrência de um convênio de colaboração com o projeto EMMANUELLE, uma iniciativa similar criada na França em 1980 pelo Institut National de Recherche Pédagogique (INRP) de Paris, como registram Ossenbach (2005), Puelles Benítez e Tiana Ferrer (2003). O MANES se constituiu, a partir de 2001, em um centro de documentação que reúne fontes primárias e secundárias, disponíveis para a utilização dos pesquisadores, possuindo um *site*, que contém informações sobre o objetivo do projeto; as universidades e pesquisadores vinculados a ele; bibliografia sobre os manuais escolares; biblioteca virtual MANES com manuais escolares espanhóis; base de dados de manuais escolares espanhóis e latino-americanos; e uma galeria de fotos das atividades relacionadas ao projeto. Com base na metodologia adotada pelo MANES, foram catalogados os dados levantados no projeto de iniciação científica, lançando-se mão também, na análise dos dados, das reflexões dos autores vinculados a esse centro de pesquisa.

Visando alcançar o objetivo de análise do livro *As lições de Laurito e Pedrinho*, o presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, analisamos a institucionalização das políticas de saúde no estado de São Paulo, que teve início no nas duas últimas décadas do século XIX. Em seguida, no segundo capítulo, focalizamos a Secção de Propaganda e Educação Sanitária responsável pela produção do material analisado. Por fim,

examinamos o livro *As Lições de Laurito e Pedrinho*, investigando, a partir de seu conteúdo e estrutura, as formas como o autor, falando em nome desse órgão estatal, procurou fazer chegar ao leitor um conjunto de orientações em relação à manutenção da saúde.

CAPÍTULO I

Políticas de saúde no Estado de São Paulo

Desde as primeiras décadas do século XX, as questões que dizem respeito à educação sanitária e à conscientização da população em torno da responsabilidade pela própria saúde passaram a ser discutidas como medidas centrais das políticas de saúde instituídas no estado de São Paulo. Os médicos, agentes de saúde e autoridades públicas passaram a enxergar nas campanhas públicas um importante aliado no combate aos agentes causadores de doenças, na educação sanitária e nos processos de planificação e controle.

Entretanto, a preocupação com as políticas de saúde é ainda anterior a este período. De acordo com Ribeiro, a implantação de uma política de saúde teve início no estado de São Paulo, a partir das duas últimas décadas do século XIX, devido a alguns fatores que incluíam a expansão do café, a política imigratória e a formação do mercado de trabalho livre. Entre o final do século XIX e o início do XX, a cidade de São Paulo passou por significativas transformações econômicas e populacionais, tornando-se uma cidade de produtores e de comerciantes, uma “cidade burguesa”. Este novo contexto trouxe consigo alterações na paisagem urbana e um agravamento dos problemas sanitários: cortiços, acúmulo de lixo, epidemias, enchentes, falta de esgotos, deficiência na limpeza pública, mortalidade infantil, etc., problemas estes que demandavam iniciativas capazes de solucioná-los. A elaboração de uma política de saúde pública procurou responder, nesse sentido, à

preocupação de melhorar as condições sanitárias e livrar os trabalhadores imigrantes da febre amarela (RIBEIRO, 1993 p.269).

Até 1911, vigorou o código sanitário de 1894, o primeiro elaborado no estado de São Paulo, além das leis sanitárias que o regulamentavam: a lei de 1896 e o decreto de 1906.

O Código Sanitário de 1894 é um regulamento extenso, com 520 artigos, que normatizou o funcionamento e a salubridade da vida urbana nos mínimos detalhes. Foram incluídos aspectos como as ruas e praças públicas; as habitações coletivas, como hotéis, casas de pensão, escolas, quartéis e prisões; os cortiços, apresentados como “habitações das classes pobres”; as fábricas e oficinas; os teatros; a alimentação pública; as padarias, botequins, restaurantes, açougues e mercados; os matadouros; o abastecimento de água e esgotos; as coqueiras e estábulos; as casas de banho, barbeiros e cabeleireiros; as lavanderias públicas; as latrinas e mictórios públicos; os hospitais e maternidades; os necrotérios, cemitérios e enterramentos; a profilaxia das doenças epidêmicas e a vacinação. (TELAROLLI JUNIOR, 1996, p. 199)

Para Telarolli Junior (1996), o Código Sanitário de 1894 tinha o intuito de normatizar a cidade e a vida urbana, de acordo com os critérios definidos pelo conhecimento tecnológico disponível no período. O governo paulista buscou regulamentar a cidade nos mínimos detalhes, elaborando prescrições detalhadas para a construção urbana, que levavam em consideração o fluxo de ar, a iluminação adequada, entre outros aspectos, com atenção especial para as habitações coletivas, que também tiveram o seu funcionamento normatizado.

A reorganização do Serviço Sanitário Estadual, empreendida em 1896, manteve a responsabilidade municipal e estadual pelas questões de saúde e, ao mesmo tempo, dividiu o estado em três zonas (Capital, Santos e uma terceira, que incluía Campinas e o restante dos municípios), subdivididas em 30 distritos. Cada um dos distritos contava com um inspetor sanitário,

ampliando a presença de especialistas do estado no interior de São Paulo. Em 1906, o serviço sanitário passou por outra modificação, graças à qual aumentou a participação do poder estadual no enfrentamento das questões sanitárias. Telarolli Junior (1996, p. 223) considera as alterações que resultaram do decreto de 1906 como uma atualização da lei de 1896 e não como uma reforma do serviço.

Além das modificações na divisão do estado em distritos sanitários (São Paulo foi partilhado em 14 distritos, em lugar dos 30 anteriores), o novo decreto definiu novas atribuições para os inspetores sanitários estaduais, somadas àquelas previstas em 1896. Foram incluídas a vacinação, observação e desinfecção dos imigrantes recém-chegados; a inspeção das condições de higiene das casas e quintais, dos hospitais, asilos e cadeias; a intervenção junto às administrações locais pelas medidas necessárias à higiene local e ao bom funcionamento dos serviços de água, esgoto e saneamento do meio; a inspeção das amas-de-leite no município da capital; as visitas domiciliares, aconselhando medidas de higiene pessoal e doméstica; e a fiscalização da higiene escolar.

Para o autor, a reforma de 1906 praticamente extinguiu as atribuições que eram especificamente municipais em saúde pública, centralizando o corpo de inspetores nas principais cidades do estado e as ações sanitárias na Diretoria do Serviço Sanitário, que era dirigida, no período, por Emílio Ribas.

Essa reforma trouxe como novidade o aconselhamento em higiene pessoal e doméstica, além da fiscalização da higiene escolar (instalações das escolas e salubridade dos processos de ensino). Pela primeira vez, foram incorporadas ações de natureza educativa na profilaxia das doenças, constituindo a educação higiênica. Distinguindo a educação higiênica do modelo de educação sanitária, que iria se impor a partir da década de 1920 na

saúde pública paulista, por meio da reforma instituída por Geraldo Horácio de Paula Souza,² Telarolli Junior (1996, p. 224) afirma que:

A educação higiênica pode ser definida como um conjunto de ações educativas de auxílio da polícia sanitária, no controle e prevenção das doenças transmissíveis. Já a educação sanitária, um dos pilares do modelo tecnológico médico-sanitário, voltava-se para a profilaxia das doenças por intermédio de mudanças na consciência dos indivíduos.

Em 1911, foi feita uma reforma no Código Sanitário, que tinha como objetivo principal solucionar os problemas relacionados ao processo desenfreado de urbanização. Portanto, a reforma procurou incluir novas questões na legislação, questões essas relacionadas ao processo de urbanização, de modo especial, da capital que havia passado por um acelerado crescimento no final do século XIX.

Em síntese, o regulamento de 1911 reforçou a parte referente ao policiamento sanitário da Capital, tornou mais rigorosas as normas, definiu responsabilidades pela fiscalização e criou órgãos específicos para atuarem no policiamento e no estudo das questões colocadas pelo intenso crescimento da cidade: a presença das fábricas, o crescimento da população, o aumento do número de construções urbanas, o crescimento dos cortiços e da indigência. Nesse sentido, o regulamento sanitário com seus 562 artigos pendia para a cidade de São Paulo e para os novos problemas surgidos com o processo de crescimento urbano desordenado. (RIBEIRO, 1993, p. 115)

Ainda de acordo com Telarolli Junior, com a reforma, aumentou o controle do poder estadual sobre os problemas de saúde municipais, reorganizando-se os órgãos e redefinindo-se as competências em relação à saúde pública. O serviço sanitário teve sua ação concentrada na capital, mantendo delegados apenas em algumas cidades do interior: Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Taubaté, Guaratinguetá e Itapetininga. Além disso,

² Sobre essa reforma, ver ROCHA (2013) e RIBEIRO (1993).

as administrações locais tinham por obrigação submeter os projetos de obras de saneamento ao serviço sanitário estadual e, também, declarar, anualmente, os recursos reservados para despesas com saúde e saneamento no orçamento municipal.

As alterações da reforma de 1911 na organização sanitária foram as últimas do período em que o modelo tecnológico campanhista-policia³ predominou nas práticas sanitárias no estado. A partir desse momento, entraram em cena elementos do modelo tecnológico médico-sanitário.⁴ Tornando-se dominante a partir da década de 1920, este processo de mudanças teve como marco inicial a reforma de 1917/1918 (TELAROLLI JUNIOR, 1996).

No final de 1917, promulgou-se a reforma do Serviço Sanitário, que passou a incluir o Código Sanitário Rural, considerada como a maior inovação introduzida na legislação sanitária. Para Ribeiro (1993, p. 270), o Código Sanitário de 1917,

significou uma tentativa de valorizar as condições de vida e de trabalho da população rural, de fixar o trabalhador no campo e de recuperar o trabalhador nacional para o mercado de trabalho. O sentimento nacionalista surgido no curso dos acontecimentos da Primeira Guerra foi o coadjuvante na preocupação com a população rural tomada pelo amarelo, tracoma e pela maleita e que se transformou no centro da política sanitária desses anos.

³ “O modelo tecnológico campanhista-policia, subjacente ao conjunto de práticas sanitárias empregadas nas duas primeiras décadas da República contra as epidemias, combinava medidas de polícia sanitária, como a fiscalização da alimentação, o isolamento hospitalar dos doentes e as desinfecções, com ações de controle da salubridade urbana, como a instalação de redes de água e esgoto e a fiscalização da higiene domiciliar e das vias públicas.” (TELAROLLI JUNIOR, 1996, p. 239).

⁴ “O eixo dessa nova orientação deslocou-se do policiamento para a educação e as ações sanitárias transferiam-se da população em geral para o indivíduo em particular. Com isso, na prática sanitária, o policiar as coisas - habitação, água, esgoto, lixo - o vigiar a cidade ganhava um novo aliado - a persuasão do indivíduo, o uso das palavras para forjar no indivíduo, a consciência sanitária, a prática sanitária definiu-se como policiar e persuadir.” (RIBEIRO, 1993, p. 246)

A reforma de 1917/1918 teve como principais mudanças a criação de serviços ambulatoriais permanentes e a inclusão de ações voltadas para a população do campo e para as epidemias rurais. Essas transformações tinham relação com as modificações sociais em curso na sociedade paulista, na década de 1910. Como assinala Telarolli Junior, a industrialização, o empobrecimento das populações urbanas, o aumento da organização política do operariado e das classes médias tomaram impulso neste período e se tornaram mais fortes na década de 1920.

Tais transformações sociais fizeram com o que o modelo tecnológico campanhista-policial se tornasse retrógrado, mesmo com as várias reformulações que aconteceram, desde o início da República, nas leis que regiam o estado de São Paulo. A sociedade paulista não condizia mais com o autoritarismo do modelo campanhista-policial, seu padrão de organização das práticas sanitárias e a exclusão de medidas de assistência individual.

Além disso, no campo do ideário político, ocorreram mudanças significativas, pois, a partir da década de 1910, desenvolveu-se uma forte corrente nacionalista que começou a relacionar a pobreza e o atraso do país com suas condições sanitárias. As ideias que davam suporte a essa corrente correspondiam às novas prioridades assumidas pelas políticas sanitárias.

Tendo em Artur Neiva, Afrânio Peixoto e Belisário Penna alguns dos nomes de maior produção e destaque, a corrente nacionalista no campo da saúde pública teve em Monteiro Lobato e em sua Revista do Brasil importantes divulgadores em São Paulo das ideias da redenção do país pelo combate às endemias e misérias da vida no campo. (TELAROLLI JUNIOR, 1996, p.235)

1.1. Da polícia sanitária à educação sanitária

A Reforma de 1925, também conhecida como Reforma Paula Souza, nome do seu principal promotor, trouxe uma nova concepção para a política de saúde que tinha como foco principal a educação sanitária do indivíduo.

Com essa reestruturação do Serviço Sanitário, os centros de saúde e a educação sanitária passaram a assumir lugar de destaque. Um dos objetivos da educação sanitária era criar uma consciência sanitária na população pobre de São Paulo, com o objetivo de ter uma população saudável.

Nesta nova concepção, o doente é considerado responsável pela doença, por ser ignorante; concepção que, desde o final da década de 1910, vinha ganhando forte adesão de um número significativo de intelectuais vinculados a movimentos de forte viés nacionalista. Portanto, a educação sanitária tinha um público alvo específico: a população pobre de São Paulo. As práticas sanitárias tinham, nesse sentido, como principal objetivo inculcar princípios de higiene nos considerados ignorantes. Para Ribeiro (1993, p. 270), as diferenças sociais existentes na sociedade paulista passaram a ser camufladas e reduzidas a diferenças educacionais:

A política de saúde definida na reforma sanitária de 1925 aparece como extremamente humanitária e é, sem dúvida, uma atitude humanitária a nova personagem da saúde pública – a educadora sanitária – ministrar aulas sobre a dieta racional a uma população de famintos. Criar homens pobres e dependentes e depois oferecer auxílios responsabilizando-os por seus vícios pouco higiênicos – cortiços promíscuos, mal cheirosos, sujos – responsabilizando-os por sua ignorância dos preceitos da vida saudável... parece ser uma atitude humanitária.

De acordo com a autora, tudo era resumido à educação, de uma maneira um tanto simplista. Considerava-se que o mal maior estava na falta de educação, que tinha, como principal consequência, a falta de higiene da população e, de modo particular, da população pobre. Por isso, era preciso educar e criar hábitos saudáveis na população, para que esta pudesse ter saúde.

Para a criança subnutrida, para a criança faminta, o Centro de Saúde Modelo administrava educação sanitária. Dar educação a quem tem fome poderia ser o slogan da política de saúde preconizada por Paula Souza. Às mães de crianças desnutridas, o Centro de Saúde ministrava conferências, e exposições e se utilizava até mesmo de recursos altamente modernos, como projeções de fitas cinematográficas, todas com o firme propósito de educá-las nos preceitos da boa higiene, boa nutrição e boa dietética. (RIBEIRO, 1993, p. 259)

Surge neste período um novo profissional no serviço sanitário: o educador sanitário. Juntamente com os inspetores e guardas, o educador sanitário se tornou responsável pela execução da política de saúde. Os educadores eram selecionados entre os formandos da Escola Normal Caetano de Campos e faziam um curso de formação sanitária no Instituto de Higiene. Ao final deste curso, recebiam o diploma de educador sanitário.⁵

As educadoras sanitárias atuavam junto aos centros de Saúde, elaborando instruções, cartazes de propaganda e conselhos de higiene, fazendo palestras, exposições, conferências. Dessa forma, difundia-se a educação com o objetivo de criar uma consciência sanitária. (RIBEIRO, 1993, p. 256)

De acordo com Rocha (2003), as educadoras sanitárias eram consideradas as *mensageiras da saúde*:

Saúde, instrução e moral. Eis o tripé sobre o qual se deveria alicerçar a atuação das novas mensageiras da saúde, incumbidas do *sublime*

⁵ Sobre essa questão, ver o estudo de Rocha (2003).

apostulado de levar a todos os cantos a boa nova da regeneração da raça brasileira. *Ensinar a todos e por toda parte o a b c da Saúde*, empenhando-se na obra de aperfeiçoamento físico, intelectual e moral constituía-se na *nova cruzada* em que se alistavam agora essas novas apóstolas já experimentadas nas lides de *guiar a infância pelos meandros do ler e do escrever*. Levando o *evangelho da saúde* a crianças, jovens e velhos e chamando-os, com a doçura da sua fala, à conversão à religião da Higiene, as educadoras sanitárias estariam cumprindo a missão para a qual foram convocadas: de contribuir, pela formação de homens fortes, cultos e virtuosos, para o engrandecimento do Brasil e o seu nivelamento com a “vanguarda da Civilização”. (ROCHA, 2003, p. 141)

1.2. A criação do Departamento de Saúde e Educação

No dia 5 de maio de 1938, Raul de Braga Godinho assumiu a Diretoria do Serviço Sanitário, promovendo logo em seguida a reforma que criou o Departamento de Saúde e Educação, em substituição ao Serviço Sanitário.

O Departamento de Saúde, subordinado diretamente à Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, foi criado pelo decreto 9247, de 17 de junho de 1938, assinado pelo interventor federal Ademar de Barros. De acordo com a legislação, esse processo de substituição ocorreu

Considerando a necessidade imediata de atualizar a organização dos serviços de saúde do Estado, colocando-os à altura dos modernos métodos científicos, e confiando-os a um aparelhamento compatível com as exigências presentes, para melhor e mais completo alcance social. (SÃO PAULO, 1938a)

O Departamento de Saúde era composto por órgãos mistos de orientação e execução, constituídos pelos serviços; e órgãos exclusivos de orientação técnica ou normativos, constituídos pelas seções da divisão técnica, conforme pode-se averiguar na legislação. Assim, de acordo com o artigo 3º, o Departamento de Saúde tinha como composição:

I - Diretoria Geral;

II - Serviço dos Centros de Saúde da Capital;
III - Serviço do Interior do Estado;
IV - Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional;
V - Serviço do Policiamento da Alimentação Pública;
VI - Serviço de Profilaxia da Lepra;
VII - Serviço de Profilaxia da Malária;
VIII - Serviço de Laboratórios de Saúde Pública;
IX - Serviço de Assistência a Psicopatas;
X - Serviço de Assistência Hospitalar.
(SÃO PAULO, 1938a)

Sua diretoria era composta por:

I - Gabinete do Diretor Geral, com dois assistentes médicos e dois auxiliares, um dos quais estenógrafo, todos de livre escolha do Diretor;
II - Uma Divisão Administrativa compreendendo:
a) Secretaria, com as atuais secções de Expediente, Contabilidade, Arquivo-informações;
b) Almoxarifado;
c) Secção de Transporte e Oficinas;
d) Portaria.
III - Uma Divisão Técnica, compreendendo as seguintes Secções:
a) Engenharia Sanitária;
b) Estatística Sanitária;
c) Epidemiologia e Profilaxia Gerais;
d) Tuberculose;
e) Tracoma;
f) Higiene da Criança;
g) Higiene do Trabalho;
h) Enfermagem;
i) Propaganda e Educação Sanitária.
IV - Consultoria com dois consultores jurídicos. (SÃO PAULO, 1938a)

Para Mascarenhas (1973, p. 439), algumas características da reforma foram

a. integravam o Departamento todos os órgãos de saúde, mesmo os que estavam anteriormente subordinados diretamente ao Secretário de Estado, transformando-os em Serviços: Departamento de Profilaxia da Lepra, Instituto Butantã, Instituto de Assistência a Psicopatas;
b. os Laboratórios (Butantã e Adolfo Lutz) integravam o Serviço de Laboratórios de Saúde Pública;
c. foi prevista a criação de centros de saúde como unidade básica da ação;
d. um órgão normativo foi criado, a Divisão Técnica, com as seguintes Seções Técnicas: Engenharia Sanitária, Estatística Sanitária, Epidemiologia e Profilaxia gerais, Tuberculose, Tracoma, Higiene da Criança, Higiene do Trabalho, Enfermagem, Propaganda e Educação Sanitária;
e. foi dado ênfase à Educação Sanitária;

f. os diretores de serviços deveriam trabalhar em regime de tempo integral.

Mascarenhas (1973, p. 439) aponta que a organização do Departamento de Saúde poderia ter sido considerada um marco inicial na reorganização racional das atividades estaduais de saúde pública no estado de São Paulo, pois havia sido bem planejada, fundamentada nos preceitos mais modernos de administração sanitária do período, entretanto, foi implantada de uma forma abrupta, sem uma orientação contínua após a implantação.

A implantação dessa reforma foi a mais desastrosa possível, quase que à vontade dos diretores de órgãos. Alguns destes voltaram a subordinar-se diretamente ao Secretário de Estado; órgãos que deveriam ser normativos desenvolviam atividades "linha".

O autor apresenta algumas consequências do que considera a desastrosa implantação do Departamento de Saúde, a qual acarretou prejuízos que repercutiram nas décadas seguintes;

- a. exagero da autossuficiência, implantando um sistema quase feudal na organização dos serviços estaduais de saúde pública;
- b. proliferação de órgãos locais diferentes: os chamados centros de saúde (nas cidades com menos de 5.000 habitantes), os Postos de Assistência Médico Sanitária (PAMS), os postos de puericultura, os postos de malária, os postos de tracoma, os dispensários de lepra, os dispensários de tuberculose;
- c. as unidades sanitárias, com exceção parcial das de lepra e tuberculose, não possuíam ação dinâmica, pois não contavam com visitadora. A unidade sanitária local sem visitadora perde 90% de seu valor. (MASCARENHAS, 1973, p.439)

A reforma expressa o interesse de uma maior intervenção federal, aliada à preocupação em relacionar as questões de saúde e educação – por meio da concepção de educação sanitária, como uma expressão da higiene e

da educação – utilizadas como importantes instrumentos de subordinação e manipulação da população.

Destaca-se como característica da reforma a integração dos órgãos de saúde, inclusive aqueles que anteriormente eram subordinados às esferas estaduais, o que denota uma característica mais centralizadora. A divisão técnica respondia aos objetivos de racionalização do setor de serviços, expressa numa maior normatização e em orientações mais detalhadas.

CAPÍTULO II

Secção de Propaganda e Educação Sanitária

A Secção de Propaganda e Educação Sanitária (SPES) fazia parte da Divisão Técnica do Departamento de Saúde e Educação. Foi organizada pelo decreto 9322, de julho de 1938, sendo considerada como um instrumento importante na área de produção, armazenamento e divulgação de materiais. Para tanto, deveria lançar mão de diferentes tipos de linguagens, com o intuito de difundir princípios e ideais de higiene e saúde pública.

A SPES surgiu a partir de uma forte demanda na área de saúde pública, tendo sido utilizada como um instrumento importante para a difusão de preceitos do higienismo e do sanitarismo, conforme assinala Gonçalves (2001, p. 7):

Aponta-se para o significado que se atribuiu à SPES como instituição, que ao divulgar seus conceitos/leituras, estava atuando no sentido de controlar/inibir a permanência de outras formas de saber no trato das questões referentes à problemática da saúde, da doença e da morte, além é claro, de pretender orientar/definir a subjetividade e a cotidianidade de seu público alvo.

De acordo com o decreto que organizou a SPES, competia a ela:

- a) - Difundir no Estado de São Paulo a educação sanitária usando para isso de todos os meios modernos de propaganda, ensinando ao povo as noções primordiais de higiene;
- b) - Manter a população ao par da organização sanitária do Estado, de modo a socorrer-se, sempre que necessário, dos seus serviços de saúde pública. (SÃO PAULO, 1938b)

Para atingir seu objetivo, a SPES poderia se utilizar de diversos meios:

Artigo 3.º - Para bem executar o disposto no artigo anterior, a Secção de Propaganda e Educação Sanitária poderá:

- a) - Promover campanhas para a divulgação dos princípios de higiene e das noções indispensáveis à defesa da sociedade contra as enfermidades. Para tanto:

- I) - Fará realizar palestras e conferências em lugares previamente determinados, ou através do rádio;
 - II) - Promoverá a confecção de filmes educativos ou incentivará a sua produção, ou os adquirirá, quando necessário, encarregando-se da sua difusão;
 - III) - Publicará na imprensa, diária ou periódica, artigos, comunicados, entrevistas, desenhos e fotografias que possam oferecer vantagens para o melhor conhecimento público das enfermidades, suas causas e profilaxia;
 - IV) - Publicará livros, revistas, folhetos, cartazes ou outros impressos, que visem o maior conhecimento da higiene e defesa sanitária;
 - V) - Auxiliará e incentivará a literatura médica ou leiga, desde que seja veículo do ensino de higiene, organizando concursos, distribuindo prêmios, custeando obras ou artigos ou adquirindo direitos autorais de publicações úteis a essa finalidade;
 - VI) - Promoverá nas escolas, públicas ou particulares, o ensino da higiene, por todos os meios reputados úteis;
 - VII) - Manterá contato com associações de classe, recreativas, esportivas, etc., organizações industriais, comerciais, agrícolas, departamentos do Estado e dos Municípios, para, através deles, difundir princípios de higiene e defesa sanitária;
 - VIII) - Cooperará com todas as secções do Departamento de Saúde e demais repartições públicas, oferecendo ou solicitando seu auxílio para melhor exercício das suas funções.
- b) - Organizar fichário dos médicos, parteiras, enfermeiros, hospitais, públicos ou particulares, drogarias, farmácias e laboratórios, com eles mantendo relações para acautelar a coletividade contra propagação de enfermidade ou para circunscrever epidemias.
 - c) - Organizar e manter uma biblioteca de publicações nacionais e estrangeiras ligadas à sua finalidade, assim como um arquivo de todos os seus trabalhos. (SÃO PAULO, 1938b)

Segundo Gonçalves (2001, p. 113), a SPES era organizada como um órgão que realizava dupla função: de *staff* e de prestação de serviços. *Staff*, pois formulava diretrizes para as políticas públicas, de acordo com as suas atribuições e objetivos; de serviço, por atuar junto à população e prestar assessoria aos vários órgãos tanto da secretaria, quanto de outras instituições do setor público e privado, desde que correspondessem ao seu objetivo de difundir a educação sanitária no Estado de São Paulo. Além disso, tinha como objetivo ensinar preceitos de higiene, por meio da propaganda em todo o Estado de São Paulo, usando os meios de comunicação existentes na época.

Ao analisar a legislação, podemos perceber que a SPES tinha um campo de atuação muito amplo. Atuava desde a publicação e divulgação de materiais como livretos, filmes e cartazes até a organização de palestras, concursos e a promoção do ensino da higiene em escolas públicas.

Os objetivos dispostos na legislação não puderam ser plenamente efetivados, de acordo com Mascarenhas (1949) e Gonçalves (2001), devido à escassez de verba destinada ao setor da saúde, falta de um quadro de funcionários capacitados e por não existir uma estrutura administrativa e de serviços.

As finalidades dessa Secção são múltiplas e, teoricamente, de grande valor para as atividades de propaganda geral, sanitária e para o público. Dizemos teoricamente, visto que nunca puderam ser postas em prática, em toda sua plenitude, devido às verbas reduzidíssimas que os orçamentos lhe concedem.

Dizemos propaganda geral sanitária, visto que os métodos indicados nas finalidades acima especificadas, não abrangem todo o campo da educação sanitária, sendo apenas métodos de divulgação sanitária para o público em geral. É uma repartição de educação sanitária que não possui em seu quadro de funcionários um educador sanitário, seja do tipo formado pela Faculdade de Medicina, seja do padrão norte-americano. A nosso ver, esse órgão deve ser completamente remodelado na reorganização prevista para a Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social. (MASCARENHAS, 1949, p. 308)

Apesar disso, Gonçalves (2001, p. 114) considera interessante analisar para além das dificuldades e “(...) notar o significado que o Estado passou a atribuir a educação sanitária como estratégia fundamental para a consecução de seus objetivos e finalidades na saúde pública”.

Destacando as fragilidades da nova seção, Mascarenhas chama atenção para o fato de não haver nenhuma educadora sanitária no quadro de funcionários da SPES, apesar de elas terem exercido um importante papel nas campanhas de saúde pública em São Paulo. O autor questiona a utilização do

termo “educação sanitária”, já que considerava a SPES apenas como um órgão de divulgação.

Cabe notar que as educadoras sanitárias atuavam diretamente nos centros de saúde, exercendo diversas funções como: enfermeiras, auxiliares, educadoras e assistentes sociais. Entretanto, só foram vinculadas à SPES na década de 1960, após a reformulação da seção.

Em uma entrevista realizada pelo professor Marcelo Flório (e cedida a Gonçalves, 2001), Wladimir Piza, primeiro diretor da SPES, justifica a ausência das educadoras, dizendo:

Eu não quis educadores sanitários na SPES, porque aqui eu ia criar um quadro de educadores que fariam curso em São Paulo e trabalhariam no interior. Eu achei que o certo era o Centro de Saúde ter sua educadora que trabalhava na cidade sob a chefia do médico, agora orientada tecnicamente pela SPES de São Paulo. Modificações em matéria de propaganda sanitária, de educação sanitária, a SPES se correspondia com a educadora do interior, dando notícias sobre as coisas que estavam sendo feitas no exterior e que tinham dado resultado. Mas, nunca quis ficar com um grande quadro, o meu quadro era o de dezessete funcionários. (GONÇALVES, 2001, p.112)

Ao analisar as considerações de Mascarenhas, Gonçalves levanta a hipótese de a SPES ser considerada como um órgão de divulgação e não de produção. Por essa via, a ausência de educadores sanitários, formados pela Faculdade de Higiene, talvez possa justificar a falta de referências sobre a Seção de Propaganda e Educação Sanitária nos periódicos especializados da época voltados para a comunidade médico-sanitária. Segundo o autor: “essa inexistência de análise, comentários, citações, apontamentos críticos, ou apenas a constatação de suas atividades nas campanhas, acompanhou a instituição durante todo o período de sua vigência” (GONÇALVES, 2001, p.115).

Como um órgão de divulgação, a SPES lançou mão de vários veículos de propaganda para que os princípios da educação sanitária chegassem ao maior número de pessoas: rádio, jornais, livretos, cartazes, filmes, palestras, conferências, revistas, artigos, dentre outras. De acordo com Wladimir Piza, a SPES também se utilizava da publicação de artigos escritos em jornais, para atingir o maior número de pessoas possível, incluindo as professoras, que eram vistas como agentes multiplicadoras desse saber higiênico.

No decorrer da década de 1940, ocorreram mudanças político-administrativas e rearticulações políticas e econômicas no cenário internacional. No setor da saúde pública, o período foi marcado pela presença dos norte-americanos, já presentes na articulação da política sanitária em São Paulo, desde o final da década de 1910, com quem foram assinados acordos bilaterais, com o intuito de “solucionar” o problema da malária. A SPES não acompanhou esse processo de mudança e continuou produzindo material de divulgação de maneira massiva, sem se preocupar com a “formação”. Mesmo sem acompanhar essas mudanças, a sessão continuou sendo considerada uma referência nacional na produção de materiais educativos. Nesse sentido, a SPES continuou a produzir material durante toda a década de 1950, diminuindo a intensidade a partir da década de 1960, quando começou a seguir as novas orientações da Organização Mundial da Saúde:

A OMS definiu princípios de atuação na esfera da educação sanitária, pontuando o interesse da participação dos indivíduos no processo de busca da saúde, das condições de equilíbrio e melhores condições de vida, para atingir um maior bem estar para si e a comunidade. Assim, saúde passa a ser considerada como algo que se constrói através das ações dos próprios indivíduos. (GONÇALVES, 2001, p. 123)

De acordo com as novas orientações, ocorreram mudanças no eixo das campanhas e também na própria educação sanitária. Foram desenvolvidas estratégias para aumentar a motivação no processo de aprendizagem, com o intuito de atingir os objetivos, entre elas: educação individual, educação de grupo e educação de massa. O novo discurso vigente considera que os indivíduos podem mudar de acordo com as orientações que recebem. Conforme assinala Gonçalves, a educação em saúde passa a fazer parte do planejamento em saúde, pois até então era considerada uma atividade isolada, podendo influenciar o projeto global da saúde pública.

Segundo *Relatório de Pesquisa do Instituto de Saúde*, a partir de 1967, a SPES:

teve seus objetivos ampliados e determinados de acordo com os princípios de educação sanitária preconizados pela organização mundial de saúde. Passou a ser responsável pela coordenação de todas as atividades de educação sanitária, bem como, o planejamento conjunto dos programas educativos para o interior e a capital do Estado, programas estes estabelecidos pela nova política da Secretaria Pública do Estado de São Paulo.

De acordo com as novas diretrizes e a complexidade das ações em educação sanitária e as diretrizes da medicina social, coube a SPES:

- Planejar os aspectos educativos dos programas de saúde da Secretaria de Saúde Pública, em nível estadual, regional e local;
- Supervisionar e avaliar os aspectos educativos dos programas de saúde;
- Coordenar as atividades educativas e assuntos de saúde da Secretaria de Saúde Pública com as demais secretarias e agências oficiais e particular;
- Planejar e realizar o treinamento, o aperfeiçoamento do pessoal da Secretaria de Saúde Pública;
- Utilizar os recursos de comunicação de massa, a fim de informar a população sobre programas e campanhas de saúde pública;
- Planejar, elaborar e avaliar material áudio visual destinado as unidades sanitárias conforme problemas prioritários e aos programas específicos de saúde;
- Realizar estudos e pesquisas em educação sanitária. (INSTITUTO DE SAÚDE, 1987, apud GONÇALVES, 2001, p.124)

Com essa mudança de atuação, a SPES deixou de ser um órgão apenas de divulgação e produção de materiais, e passou a ter como função realizar pesquisas em educação sanitária, coordenar atividades educativas, planejar, avaliar e supervisionar os programas de saúde da Secretaria de Saúde Pública, entre outros.

Ainda de acordo com Gonçalves, a SPES foi substituída pelo Serviço de Educação em Saúde Pública, após a criação do Instituto de Saúde, em 1969. Órgão esse, criado para atender às novas exigências, com o objetivo de trabalhar com pesquisa, formação de pessoal técnico e avaliação de programas de saúde.

A SPES produziu seu material em larga escala, conseguindo, provavelmente, atingir um público amplo, além daquele idealizado por ela, pois seu material teve uma circulação em âmbito nacional, com uma produção diversificada, que incluía diferentes meios de comunicação. Além da verba pública, a SPES fazia acordos/convênios/parcerias com a iniciativa privada, desde que a instituição fizesse parte do seu âmbito de atuação e que estivesse ligada direta ou indiretamente com os seus objetivos.

A SPES contava com um número expressivo de edições, chegando a milhares de exemplares por edição, sendo que cada livro foi editado sucessivas vezes. Gonçalves traz, a título de exemplo, o número dos cartazes que falavam sobre sífilis, os quais, só na primeira impressão, atingiram 20.000 exemplares.

2.1 SPES: Comunicação de massa

As campanhas e a produção do material para a educação sanitária envolviam a participação de diversos profissionais, entre eles, jornalistas, médicos, literatos, cartunistas, desenhistas, técnicos, operários, profissionais liberais, artistas, etc. Esse grande conjunto de profissionais tinha o objetivo de produzir, armazenar e disseminar materiais sobre a educação sanitária para todos os meios de comunicação existentes na época.

Gonçalves registra que a SPES utilizava diferentes meios de comunicação para difundir os preceitos de higiene, todavia, a mais frequente, no início de suas atividades, era a publicação de artigos sobre vacinação, descrição de doenças e de formas de prevenção, orientação familiar, higiene da habitação, do corpo, higiene mental, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros temas. Sendo assim, a SPES, em sua fase de implantação, teve como meio de comunicação preferencial a imprensa, os folders, cartazes, além dos livretos e das coletâneas.

As Coletâneas tiveram uma periodicidade semestral, sendo o resultado da escolha dos principais artigos publicados na imprensa, selecionados e apresentados sob a forma de livro, que eram distribuídos para as escolas, as entidades vinculadas a divulgação, e principalmente as professoras primárias. Foi um instrumento de destaque da veiculação das idéias sobre higiene e educação sanitária, tendo sido publicadas de 1938 à 1953. (GONÇALVES, 2001,p.174)

Cabe destacar aqui a importância dada às professoras primárias como disseminadoras da educação sanitária. A seção utilizava também filmes, programas de rádio, palestras e conferências, lançando mão, assim, de todos

os meios de comunicação possíveis, buscando, com isso, atingir todas as camadas sociais.

Na gestão de Wladimir Piza, primeiro diretor da SPES, a imprensa diária e periódica foi um importante aliado em suas estratégias de divulgação, abrangendo uma quantidade considerável de periódicos.

A maioria dos artigos eram publicados nos pequenos jornais ou nos do interior. Nos grandes jornais da imprensa diária paulistana, a situação era bastante diferente. Em função da própria estruturação e composição de quadros, mas, também, a depender das circunstâncias políticas ou das condições epidemiológicas e sanitárias da cidade os artigos da SPES, também, eram veiculados nesses canais de comunicação. (GONÇALVES, 2001, p.176)

O material divulgado na imprensa diária tinha o intuito de atingir diferentes públicos, em situações e locais distintos. O primeiro destinatário eram, evidentemente, os leitores dos jornais. Os artigos publicados eram organizados, constituindo, em seguida, livros ou coletâneas, que eram distribuídos para as professoras, das escolas públicas e particulares, que deveriam recorrer a esse material como instrumento no processo de “consolidação da consciência sanitária”.

As coletâneas tinham duas edições anuais, nas quais eram publicados os artigos mais expressivos. Esse material se tornou um importante acervo sobre questões que envolviam a saúde pública e a educação sanitária para os professores e a população em geral. Vale atentar, nesse sentido, para o fato de que os pais tinham contato com as coletâneas através das lições de casa dos filhos, e também em ações diretas junto à comunidade.

Os *folders* eram escritos por especialistas renomados, distribuídos em instituições públicas de saúde, nas escolas, instituições de assistência social e

filantrópica, sendo os seus conteúdos difundidos por meio da imprensa especializada e da radiodifusão, com o intuito de atingir o maior público possível. Os responsáveis pela sua produção tinham como objetivo que esses materiais pudessem servir de leitura direta para a população e, numa outra dimensão, servir como material de informação e formação nas escolas. Os impressos produzidos pela SPES recorriam a imagens fortes, que chamavam a atenção dos leitores, e textos que explicitavam a importância do tratamento das doenças em locais especializados.

De acordo com Wladimir Piza, por volta dos anos 1940, aproximadamente 467 jornais publicavam artigos da SPES em âmbito nacional, o que pode oferecer uma ideia do alcance das publicações dessa instituição.

Na apresentação da primeira série das coletâneas, em 1938, são apresentados os objetivos, finalidades e perspectivas da publicação:

Com o intuito de difundir, por quantos meios possa, os ensinamentos da higiene, a Seção de Propaganda e Educação Sanitária, (...) organizou uma linha de artigos e tópicos, que são periodicamente distribuídos aos jornais do Estado, que são também enviados a professores primários e a jornais de outros Estados, quando no-lo pedem. (...) A Seção de Propaganda e Educação Sanitária não só permite como solicita que se dê a maior divulgação a tais escritos, ou às noções que eles ensinam, pedindo apenas, como é de direito que sua publicação seja consignado o "Copyright" de SPES de São Paulo. (SPES, 1938, apud GONÇALVES, 2001, p.182).

Por meio da educação sanitária, visava-se disseminar os princípios higiênicos à população, explicitando-se a importância da prevenção e procurando criar, assim, uma consciência sanitária. De acordo com essa concepção, o bem-estar físico e mental era responsável por melhorias financeiras e pela saúde do coletivo. Assim, cuidar da própria saúde era uma forma de contribuir para o progresso do país.

A SPES utilizou como forma de se aproximar do público leitor, uma linguagem simples, mesmo nos textos produzidos por profissionais renomados. Seu principal objetivo era forjar a consciência sanitária na população em geral, com foco nas classes mais baixas. Para Gonçalves, os textos produzidos dialogam com o interlocutor, apelando ao convencimento, amedrontamento, cooptação, sedução, envolvimento e imposição.

Os materiais produzidos pela SPES tratam a saúde, pela sua negação, ou seja, discorrem sobre as doenças, suas formas de contágio, disseminação além das estratégias de prevenção, utilizando, via de regra, o medo como forma de convencer o leitor a aceitar os preceitos de higiene impostos à população. Nesses impressos, a doença é, em geral, apresentada como uma forma de castigo, causadora de sofrimento a quem não segue os preceitos de higiene considerados adequados, como se pode ver no folder “O que se deve saber sobre a Malária”:

Muita gente pensa que as doenças são castigos impostos a Humanidade, isto é, flagelos que não se podem evitar. E tem razão em parte... Enquanto houver homens, também existirão doenças. Mas isto não quer dizer que deixemos de lutar contra elas. Os males – e a doença é um deles – incidem sobre os homens para serem combatidos. (SPES, 1938, apud GONÇALVES, 2001, p.184)

Neste sentido, as iniciativas da SPES se articulavam em torno da prevenção das doenças e da preservação da saúde, constituindo-se os impressos e as várias estratégias empregadas pelo órgão no meio utilizado para divulgar os princípios da higiene e promover a educação sanitária. Destaca-se a importância dada à escola e às crianças nesse projeto. Em relação a estas, acreditava-se que estavam em formação. Sendo assim, era

mais fácil de “moldar” os seus corpos e as suas mentes. Em contraposição, o adulto era visto como um ser com uma moral deformada, possuidor de vícios e propagador de doenças. Nesse sentido, embora não fosse ignorado pela educação sanitária, era visto com limitações, já que pouco se podia fazer por ele.

A educação para saúde ou educação sanitária encontra na criança ou no jovem terreno fértil para semear seus princípios, buscando introjetar os hábitos para que possam transformar-se em elementos constitutivos da própria natureza social e biológica dos indivíduos. Assim, prepara-se as novas gerações que definirão o futuro da nação. No entanto, deve haver um investimento na formação geral de toda a população para que possa cuidar das condições materiais de sua própria vivência, segundo critérios e orientações científicas. (GONÇALVES, 2001, p. 153)

2.2 Publicações Populares da SPES

Segundo Bertolli Filho (2001), as *Edições Populares da SPES* eram uma denominação genérica que incluía diversas coleções de textos elaborados ou sob orientação da medicina social. Dentre esse conjunto de textos, destacam-se as séries *Coletâneas* e *Romances*. De acordo com esse autor, até 1945, a série *Coletâneas* contava com nove livros de bolso, com 50 a 70 enredos em cada um deles, trazendo como tema a saúde coletiva.

A série *Romances* contava com livretos em geral de 32 páginas, que, por meio de histórias do cotidiano, procuravam ensinar preceitos de higiene para a população. Comumente traziam personagens que se contrapunham; recurso que permitia, exemplificar, por meio dos comportamentos assumidos por eles, o que acontecia quando se seguia os conselhos encenados no livro, e

o que acontecia quando não se seguia os princípios higiênicos e morais estabelecidos.

Avizinados da prosa naturalista do século XIX, os “romances” educativos utilizavam como principal recurso de composição o confronto entre dois personagens, sendo que cada um deles incorporava uma opção moral e um horizonte de vida. Esta estratégia permitia a comparação entre “hábitos e comportamentos” antagônicos, tornando facilmente inteligível a premissa que denunciava as enfermidades como resultado inevitável da vida desregrada. (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 118)

Ainda de acordo com Bertolli Filho (2001), as obras ficcionais publicadas pela SPES eram escritas por escritores profissionais, renomados, e de grande aceitação pública, dentre eles Afonso Schmidt, Orígenes Lessa e Galeão Coutinho. Cabe destacar que apesar de escolher diferentes autores renomados, pode-se pensar que a coleção tem como autoria comum o estado de São Paulo, já que eram obras encomendadas ou aprovadas por ele, como assinala Rocha (2015, p. 267):

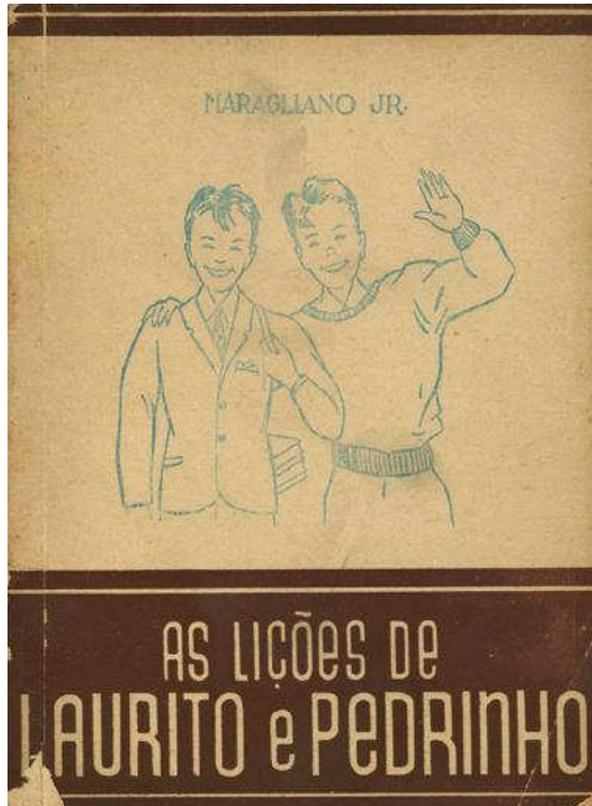
Produzidos ou aprovados por órgãos governamentais, os manuais, destinados, entre outros públicos, às crianças em seus primeiros anos de escolarização, podem ser tomados como expressão do Estado, no combate às enfermidades, como a tuberculose, a sífilis, a ancilostomose, ou aos desregramentos atribuídos ao alcoolismo.

Bertolli Filho afirma que tanto a série *Romances*, quanto a série *Coletâneas* tiveram grande divulgação popular, sendo bem aceitas pelos diretores dos meios de comunicação, que, por volta de 1942, reproduziram os textos da SPES em 363 jornais e 22 revistas, além de serem veiculados em 16 emissoras, sob formato novelístico.

CAPÍTULO III

As Lições de Laurito e Pedrinho

Figura 1. Capa do Livro as lições de Laurito e Pedrinho



Fonte: Maragliano Junior, 1953.

O livro *As lições de Laurito e Pedrinho* foi escrito por Maragliano Junior, ilustrado por Paulo C. Florençano e publicado pela Seção de Propaganda e Educação Sanitária em 1953, fazendo parte da coleção *Publicações Populares da SPES*. O livro contém 64 páginas, o dobro de páginas, se comparado à maioria dos livros da coleção, com um texto de fácil leitura e imagens em preto e branco.

A narrativa gira em torno da compra de uma fazenda pelo doutor Jorge, pai de Laurito e Pedrinho. A mãe, dona Ana, é contrária à compra, pois a

fazenda era considerada um grande foco de malária/maleita, não representando fonte de lucro para os seus antigos donos, pois os funcionários viviam doentes, interferindo, assim, na produção da fazenda. Além de considerar um mau negócio, dona Ana se preocupava com a saúde de sua família, já que havia o risco iminente de contraírem a doença na fazenda. O doutor Jorge tenta, então, convencer dona Ana de que só havia malária na fazenda porque o antigo dono não havia se preocupado em acabar com a doença, afirmando que se fosse feito o saneamento e o tratamento necessário dos colonos infectados, a fazenda poderia voltar a ser produtiva.

- Ora, disse o pai, nessa fazenda sempre houve maleita porque o Jêronimo nunca se incomodou de limpá-la. A maleita é como qualquer praga. Se a gente não se incomoda com ela a doença toma conta de tudo. Mas se a gente resolve combatê-la, ela acaba. E é o que vou fazer em primeiro lugar. (MARAGLIANO JUNIOR, 1953, p.6)

Dona Ana é apresentada como uma mãe de família amorosa e dedicada, mulher simples, que zela pelo bem-estar e saúde da família. Entretanto, por sua simplicidade, a personagem se baseia no senso comum, nas crendices populares e no curandeirismo para formar sua opinião sobre a malária. Baseada nesses argumentos, não acredita que o marido possa acabar com a malária na fazenda que comprou. O marido, Jorge, é um “doutor” (embora sua profissão não seja informada), é um homem culto, bem informado, que se baseia na ciência para formar opinião. Enquanto dona Ana pode ser vista como uma personagem que representa a população, com seus argumentos fundados no senso comum, o marido, pai das duas crianças, é apresentado como o defensor do conhecimento científico e da medicina, configurada como salvadora das mazelas sociais:

(...) – Não é medo não Jorge, disse dona Ana. É que a maleita é uma doença muito séria. Olhe o “seu” Firmino como ficou, depois que teve essa doença. No entanto, ele diz que apanhou a doença quando passou naquele brejo da “Cresciuma”. Só o cheiro da água podre bastou para ele ficar doente.

- Qual o quê, falou o marido. Isso é crendice do povo, que pensa que a maleita se apanha pelo mau cheiro dos brejos. Aliás, já se acreditou nisso, quando os médicos ainda não tinham meios para estudar as doenças. Hoje, porém, já está tudo explicado. A maleita só se apanha por meio dos mosquitos, quando estes picam a gente. (MARAGLIANO JUNIOR, 1953, p.8)

Os filhos do casal, Laurito e Pedrinho, são descritos como dois meninos inteligentes, estudiosos, “vivos” e educados. “Tôdas as noites ao invés de se divertirem, costumavam eles preparar as lições do dia seguinte, sob a vigilância da mãe, a bondosa dona Ana” (MARAGLIANO JUNIOR, 1953, p.5). Vigilância essa que não era necessária, pois os dois irmãos sabiam quais eram as suas obrigações. Todavia, Dona Ana aproveitava esses momentos para ficar perto dos filhos enquanto estudavam.

Ao ouvir a conversa entre o pai e a mãe sobre a malária e a compra da Cresciuma, os meninos, extremamente curiosos, se interessaram pelo assunto e fizeram várias perguntas para os pais. Percebendo o interesse dos filhos pela malária, doutor Jorge decidiu levá-los à fazenda, para que eles pudessem acompanhar todo o processo de saneamento que pretendia fazer.

No decorrer da narrativa, as dúvidas levantadas pelas duas crianças são respondidas de forma “didática”, de modo que o leitor vai aprendendo sobre a malária no transcorrer do texto. O autor também utiliza como recurso a imagem, mostrando, por exemplo, a diferença entre o mosquito da malária, e um pernilongo comum. Desta forma, o leitor do livro saberia identificar o mosquito transmissor da doença.

No fim de semana, como prometido, doutor Jorge levou as crianças à fazenda. Neste momento, aparecem mais dois personagens na história: o médico Paulo e o guarda Amaral, ambos pertencentes ao Serviço de Malária, e contratados por doutor Jorge para fazerem o saneamento.

Ao apresentar os filhos para doutor Paulo, o pai fala sobre o interesse das crianças pelo tema e pede que ele dê “lições” para seus novos alunos, causando entusiasmo no médico:

- Com muito prazer, respondeu o médico, apertando a mão dos pequenos. Estimo que vocês se interessem pelo que iremos fazer na fazenda, e desejo que aprendam alguma coisa. Se todas as crianças aprendessem a combater a malária, logo teríamos um grande exército a nos ajudar na luta contra essa terrível doença. (MARAGLIANO JUNIOR, 1953, p.16)

Ao chegar à fazenda, o médico pediu um mapa do local para o administrador e explicou aos meninos que não era possível fazer o saneamento sem conhecer todo o espaço em que iriam trabalhar. Pelo mapa, o médico marcou a casa dos colonos e os possíveis focos da malária, como o brejo que havia na fazenda. Laurito e Pedrinho participaram de todo o processo de saneamento da fazenda, desde o mapeamento até a procura por focos do mosquito. Ao longo da narrativa, o autor utiliza as questões levantadas pelas crianças como recurso para informar o leitor sobre o que é a doença, como evitar, como proceder quando infectado, etc.

No caminho do rio, os meninos não cansavam de encher o guarda de perguntas.

-Como é que os mosquitos fazem ninho na água? Perguntou Laurito.

-É porque eles põem ovos, disse o guarda. Ninho de mosquito chama-se foco.

-Então é como as galinhas? Disse rindo Pedrinho.

-Mas, mosquito não choca, não é? Tornou a perguntar Laurito.

-O sol choca para eles, disse o guarda. Com o calor do sol, os filhotinhos saem dos ovos e ficam na água até se transformarem em mosquitos. Depois, estes saem voando.

-E nós vamos procurar os ovos dos mosquitos? perguntou Pedrinho.

-Não. Os ovos são muito pequenos e difíceis de serem encontrados. Nós vamos procurar os filhotes que saíram dos ovos. Os filhotes que saem dos ovos, nós chamamos larvas e parecem-se com saltõezinhos. Como já são grandinhos, nós podemos enxergá-los nadando na água. (MARAGLIANO JUNIOR, 1953, p.22)

Ao avistarem as larvas, Laurito e Pedrinho não acreditaram que elas poderiam se transformar em mosquitos depois. O guarda, então, teve a ideia de guardar as larvas em um pote, para que os meninos pudessem acompanhar a transformação. Ao saber do experimento, o médico Paulo resolveu levar as crianças ao Posto de Malária, para que pudessem analisar as larvas no microscópio.

Após aprenderem sobre as larvas e os mosquitos, Laurito e Pedrinho começaram a procurar focos de mosquito, marcando no mapa quando encontravam. Enquanto estavam buscando os focos de malária com o guarda, o médico Paulo recolhia amostras de sangue dos colonos que moravam na fazenda, com o intuito de descobrir quais estavam infectados.

No dia seguinte, Laurito e Pedrinho foram ao Posto de Malária, para analisar as amostras de larvas e assim obtiveram mais informações sobre a doença. O médico Paulo chamou a atenção das crianças para a importância das ações do governo para eliminar a doença em São Paulo:

É preciso que o Gôverno, por isso, mantenha um Serviço que os ajude, que os ensine, que os cure. É o que nos estamos fazendo aqui neste Pôsto sem cobrar um tostão de ninguém. Nós temos muitos Pôstos espalhados pelo Estado, justamente nas zonas onde a malária aparece com mais intensidade. (MARAGLIANO JUNIOR, 1953, p. 36)

Como se pode observar, além de curar os infectados, era dever do Estado instruir a população sobre a doença, como forma de prevenção e cura. Tarefa essa, feita pela SPES, como órgão responsável pela publicação e divulgação de material sobre educação sanitária no estado de São Paulo.

No trecho a seguir, o autor alerta para a importância de divulgar informações sobre a malária nas escolas, pois enxerga as crianças como possíveis aliadas no combate à doença. Percebe-se a importância da educação sanitária, tendo em vista a comparação feita pelo autor, ao afirmar que, além de aprender a ler, escrever e contar, as crianças precisam aprender os “segredos da luta contra a malária”, dando a esta tarefa o mesmo grau de importância das outras disciplinas.

Todas as crianças do Brasil devem aprender os segredos da luta contra a malária. A criança que vai à escola, não só deve aprender a ler, escrever e contar, como deve também aprender isso que vocês estão aprendendo agora comigo. (MARAGLIANO JUNIOR, 1953, p.36)

Após analisar a situação da fazenda, o médico montou um “plano” para exterminar a malária da fazenda: iria limpar os pontos críticos, cuidar dos doentes, verificar as casas dos colonos que deviam ser protegidas, além de colocar petróleo na água para que as larvas não pudessem se desenvolver.

Ao perceber o quanto os filhos haviam aprendido durante o processo de saneamento da fazenda Cresciúma, o pai, doutor Jorge, percebeu que seria de extrema importância que, além de seus filhos, outras crianças pudessem aprender mais sobre a malária como forma de prevenção.

- Sabe o que estou pensando? Falou o doutor Jorge ao médico. Eu acho que seria uma grande coisa se em todas as escolas as crianças aprendessem o que você está ensinando aos meus filhos. Eu creio

que eles já são capazes de tomar conta de um serviço.
(MARAGLIANO JUNIOR, 1953, p.51)

Percebe-se, na narrativa, a importância dada às escolas e às professoras. Caberia a elas o papel de difundir os preceitos higiênicos, baseados nas novas descobertas científicas, e doutrinar as futuras gerações em prol do progresso do país. O personagem doutor Jorge, ao afirmar a importância da educação sanitária, equipara o trabalho feito pelo Serviço de Malária ao que as crianças poderiam fazer se tivessem um preparo adequado, ou seja, atribui-se, por meio dos personagens, uma enorme carga de responsabilidade à criança no combate à doença.

Ao terminar as “lições” sobre a malária, doutor Paulo conta para as crianças que existe uma “novidade” para extinguir a doença, o pó D.D.T., descoberto na II Guerra Mundial e visto como uma esperança para acabar de vez com a malária no Brasil, já que, além de acabar com as larvas, também eliminava os mosquitos adultos. As crianças sentiram que os ensinamentos aprendidos até então tinham sido em vão, mas o médico defende que, mesmo com a nova descoberta, as crianças deveriam aprender o método antigo de combater a doença, pois serviria como uma educação sanitária.

O trabalho que as crianças das escolas irão fazer de hoje em diante, servirá para despertar-lhes a atenção sobre o valor da saúde e o dever que todos temos de protegê-la e defendê-la contra todas as doenças. (MARAGLIANO JUNIOR, 1953, p.59)

Em seguida, doutor Jorge levou as crianças e doutor Paulo à casa de Dona Margarida, professora da escola rural da fazenda. Ao ser apresentada ao médico, a professora fez questão de informar que estava ensinando as

crianças o que tinha aprendido sobre a malária com o seu pai, que também era médico. O médico pediu, então, permissão para conversar com seus alunos e convidá-los para uma tarefa. O médico contou-lhes a seguinte história:

Num lugar da Europa havia mais maleita do que aqui na fazenda onde vocês moram. Era um lugar cheio de brejos, de lagoas, onde ninguém podia viver. A miséria era enorme, porque a doença não permitia que ninguém pudesse trabalhar. Mas, um dia, o Governo resolveu ajudar esse pobre povo e mandou para lá uma turma de trabalhadores e de médicos. Os trabalhadores abriram valetas nos brejos, endireitaram os rios, secaram o terreno e os médicos trataram dos doentes. Depois que a situação melhorou, o Governo quis retirar os trabalhadores e os médicos, porque isto estava custando muito dinheiro, mas o povo reclamou dizendo que se abandonassem o serviço, tudo voltaria a situação antiga. Então, o Gôverno resolveu deixar alguns homens e um médico apenas, porque isso ficava mais barato, mas pediu aos alunos das escolas que ajudassem a conservar o serviço feito. Tôdas as crianças aceitaram. As professoras ensinaram aos alunos como se conhecia o mosquito, de como eles viviam e de que jeito se combatia êsse bichinho. Depois, os alunos se dividiram em turmas, e cada turma se encarregou de um serviço. Uma turma ficou encarregada de arranjar os peixinhos e distribuí-los pelas cisternas e poços. Outra turma ficou encarregada de derramar petróleo toda semana nas valetas perigosas para criar foco. Outra turma ficou encarregada de percorrer as casas para verificar se encontrava ainda mosquitos pelas paredes dos quartos, e assim por diante. Ora, vocês aprenderam com a sua professora que a maleita é causada pela picada do mosquito, já conhecem o mosquito que faz isso, e já sabem como se faz para combater esse mosquito. Eu estive aqui na fazenda e já abri as valas, endireitei o rio, limpei a lagoa e sequei os brejos. Agora preciso que me ajudem. Vocês querem me ajudar? (MARAGLIANO JUNIOR, 1953, p.60)

Tanto a professora quanto os alunos aceitaram participar da tarefa, o médico pediu, então, que a professora dividisse os alunos em grupos e logo após passaram a cuidar da manutenção da fazenda. Com o passar do tempo, a maleita foi sendo extinta da fazenda “Cresciuma”, enquanto se mantinha forte nas fazendas das redondezas.

Ao contar a história para convencer as crianças a ajudarem na fazenda, o personagem está falando diretamente com o leitor, “convocando” as crianças a participarem do combate à maleita, já que conhecem o mosquito, as formas

de transmissão e de prevenção da doença, etc. Assim, da mesma forma que os alunos da professora dona Margarida já tinham informações suficientes para auxiliar no combate à doença, os leitores do livro *As Lições de Laurito e Pedrinho* também teriam ao final do livro. Desse modo, os leitores também poderiam fazer o policiamento nos locais onde viviam com as informações obtidas por meio do livro.

Após cessarem os casos de malária na fazenda, Dona Ana percebeu que o que o marido falava era verdade e resolveu passar as férias na fazenda, perdendo o medo da doença. Todos passaram a aproveitar a estadia na fazenda e doutor Jorge passou a ganhar muito dinheiro com a colheita.

Ele pediu, então, que os filhos solicitassem à professora uma lista das crianças que haviam participado do trabalho de policiamento para que pudesse comprar presentes para todos no final do ano. Laurito elogiou a atitude do pai, pois considerou que os alunos participaram de maneira decisiva para se acabar com a doença na fazenda:

-O senhor faz muito bem papai, disse o menino. Eles trabalharam bastante e ajudaram muito. Se em todas as escolas das fazendas fizessem isso, nunca mais haveria maleita no Brasil! (MARAGLIANO JUNIOR, 1953, p.64)

No desfecho do livro, Maragliano Junior reitera a importância de as crianças aprenderem sobre a malária nas escolas, mais especificamente, nas escolas das fazendas (zona rural), pois, de acordo com o autor, era onde se encontravam mais casos da enfermidade. Neste sentido, caberia um papel fundamental à escola e às professoras na difusão de informações sobre a

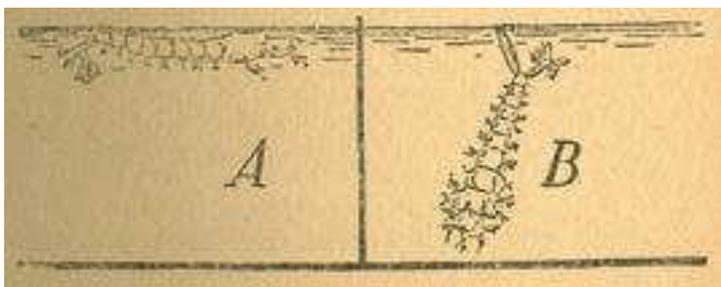
malária, constituindo-se as crianças e seus mestres em personagens importantes no combate a malária no Brasil.

3.1. Ilustrações

O livro *As lições de Laurito e Pedrinho* foi ilustrado por Paulo C. Florençano, desenhista chefe da Seção de Propaganda e Educação Sanitária e ilustrador do jornal *O Correio Paulistano*.

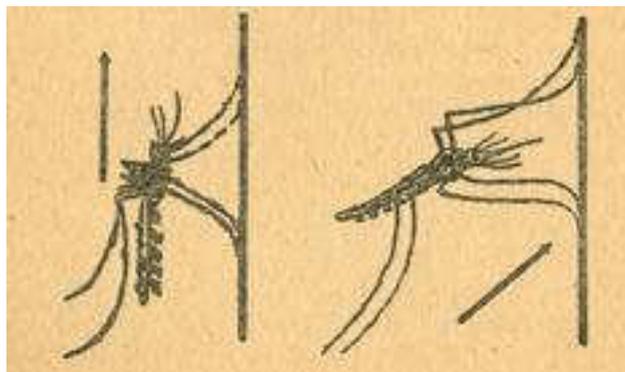
O livro contém poucas imagens, pequenas e em preto e branco, utilizadas, em geral, com um objetivo claro e didático, como: mostrar a diferença entre o mosquito da malária e os outros mosquitos ou a diferença entre as larvas. Sendo assim, uma criança que tivesse acesso ao livro poderia identificar possíveis focos de malária, por exemplo, pois saberia diferenciar o mosquito.

Figura 2. Diferenças entre as larvas do pernilongo e do mosquito da malária



Fonte: Maragliano Junior 1953, p. 27.

Figura 3. Diferenças entre o pernilongo e o mosquito da malária



Fonte: Maragliano Junior, 1953, p. 44.

Um elemento significativo quando se busca compreender as formas de ilustração do livro são as letras capitulares, as quais apresentam uma imagem, relacionada com o trecho da narrativa em que ela se encontra:

Finalmente o automóvel atravessou a porteira da fazenda, seguiu pelo caminho que beirava o pasto e foi parar junto à casa do administrador. Os meninos saltaram imediatamente do automóvel, entusiasmados com a vista que dali se descortinava. (MARAGLIANO JUNIOR, 1953, p. 18)

Figura 4. Fazenda Cresciuma



. Fonte: Maragliano Junior, 1953, p. 18.

É muito interessante o desenvolvimento do mosquito. Primeiro, a fêmea deposita os ovos na água. Ao fim de 1 ou 2 dias, de cada ovo sai uma larvazinha quase invisível, muito gulosa, que se põe a comer tudo que encontra na água. (MARAGLIANO JUNIOR, 1953,p.25)

Figura 5. Larvas no Rio



Fonte: Maragliano Junior, 1953, p.25

Podemos perceber, que mesmo que não utilizando tanto o recurso do terror como em outros livros da coleção (*O Gigante Invisível*, *A Maior Riqueza*, *Baile de Formatura*) ele aparece mesmo que de forma sutil. A primeira letra capitular do livro é ilustrada com um mapa do Brasil, sobreposto por um mosquito transmissor da malária e uma caveira, deixando clara a ideia de que a malária causava a morte quando não tratada, constituindo-se em uma doença que afetava o Brasil de forma incisiva, trazendo a morte como consequência.

Figura 6. A malária e a morte no Brasil



Fonte: Maragliano Junior, 1953, p. 5.

De acordo com Rocha (2015, p.290), na análise que empreende de alguns dos livros dessa coleção:

Os medos construídos nas narrativas instauram um clima de apreensão emocional, uma perspectiva negativa, antecipatória, orientada para o futuro, na forma de antecipação de um medo ou,

ainda, de uma ameaça presente. As prédicas higienistas examinadas permitem observar a dimensão temporal envolvida nessa abordagem emocional dos temas de saúde: enredam passado, presente e futuro, na construção de uma indagação sobre os possíveis cenários futuros que se desenham a par da vida presente, mas também das heranças legadas pelo passado. Esperança ou temor são os dois eixos dessas narrativas moralizantes.

Todavia, este medo não é paralisante, é utilizado como forma de contenção de comportamento, sendo assim capaz de promover mudanças. Ainda segundo a autora, os textos vinculavam o medo com a mudança de comportamento, sendo que estas mudanças deveriam levar ao ideal higiênico promovido pela educação sanitária.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Figura 7. Laurito e Pedrinho.



Fonte: Maragliano Junior, 1953, p.7.

O livro *As lições de Laurito e Pedrinho* tem como enredo principal a compra de uma fazenda onde havia foco de malária. A mãe é contrária à compra por achar que é um mau negócio, mas o pai insiste pretendendo provar que poderia acabar com a malária fazendo o saneamento. A família é apresentada como uma família tradicional (pai, mãe, dois filhos), cheia de virtudes: a mãe era bondosa; os filhos eram espertos e obedientes; o pai, inteligente e bom administrador.

As lições de Laurito e Pedrinho não apresenta o recurso de confronto entre dois personagens, por meio do qual cada um segue um caminho: um baseado na moral e nos preceitos higiênicos e o outro assumindo uma vida desregrada, que vai ser vista como a causa das suas enfermidades e infelicidades, presente em vários dos títulos dessa coleção, como evidencia Rocha (2015). Entretanto, um dos “antagonismos” presentes na narrativa é

entre os personagens dona Ana e doutor Jorge, que se dividem diante dos argumentos utilizados para definir o que é a malária e como tratá-la. Enquanto a mãe dos dois meninos, dona Ana, personagem simples, amável, mas que tem pouco conhecimento, acaba utilizando credices populares e o curandeirismo para explicar a doença, doutor Jorge, seu marido, utiliza argumentos científicos e procura ajuda especializada para extinguir a malária da fazenda, recorrendo ao Serviço de Malária.

No desfecho do livro, há um final feliz na fazenda Cresciuma. Dona Ana percebe que seu marido tinha razão sobre a doença e passa a visitar a fazenda. Os colonos não ficavam mais doentes e a fazenda volta a ser produtiva e lucrativa para seu novo dono. A ciência, enfim, se impõe. Todavia, o autor deixa claro que nas fazendas vizinhas, onde não havia sido feito o saneamento, a malária continuou trazendo danos materiais, além de os colonos continuarem ficando doentes.

O doutor Jorge estava triunfante. Quando chegou o fim do ano, a maleita apareceu forte em todas as fazendas da redondeza, menos na "Cresciuma". Apenas um colono apareceu com maleita, mas êle tinha ido dormir noutra fazenda e apanhara lá a doença. Dona Margarida tirou imediatamente o sangue, mandou-o para o Pôsto, o médico examinou, mandou remédio, e êle ficou bom. (MARAGLIANO JUNIOR, 1953, p.63)

A malária/maleita é descrita como uma doença séria, com consequências para a pessoa infectada, que ficava "imprestável", e para o entorno em que vivia, já que, ao picar novamente o doente e, em seguida, uma pessoa saudável, a doença se transmitia. Além disso, o texto traz como consequência da malária um prejuízo financeiro, já que os colonos enfermos passavam boa parte do tempo de cama, perdendo os períodos de plantação,

colheita, etc. De acordo com o personagem doutor Jorge, “Combatendo a maleita, os colonos não ficarão mais doentes, terão saúde e poderão trabalhar melhor. A fazenda produzirá bastante e eu ganharei dinheiro.” (MARAGLIANO JUNIOR, 1953, p.11) Neste sentido, o autor deixa clara a ideia de que a(s) doença(s) causavam uma perda significativa para a economia do país, pois os doentes não eram “produtivos”. Além disso, se tornavam dependentes, uma vez que necessitavam dos cuidados das pessoas “saudáveis”, ocupando o tempo que elas poderiam dedicar à produção e, portanto, ao “progresso” do país. Os esforços utilizados para tratar os doentes e, principalmente, para criar estratégias de conscientização para eliminar as doenças eram vistos, assim, como um ganho para a sociedade, pois os custos com o tratamento adequado e com divulgação ainda eram inferiores ao valor da perda econômica ocasionada pela doença.

Os personagens Laurito e Pedrinho são representados como duas crianças inteligentes que se interessam pelo assunto, que, ao aprender sobre as doenças, conseguem aplicar os ensinamentos logo em seguida. Além de aprenderem sobre a doença e começarem a fazer o policiamento na fazenda, conseguem trazer seus amigos da escola, multiplicando o conhecimento adquirido e a quantidade de crianças aptas a fazerem o policiamento da fazenda.

O fato de o livro *As Lições de Laurito e Pedrinho* ter sido aprovado como leitura auxiliar para o ensino primário e ser distribuído gratuitamente nas escolas, oferece alguns indícios do público alvo que a SPES pretendia atingir, porém, não temos informações suficientes para afirmar se e como ele

realmente foi utilizado pelas professoras nas escolas paulistas. Fica clara, todavia, a importância e o investimento do Estado na educação sanitária, quando se tem em conta o investimento no trabalho de publicação e divulgação dos livretos e panfletos higienistas, além do incentivo à imprensa, canais radiofônicos e cinemas, para reproduzirem os conselhos higiênicos da SPES, atingindo com essa medida, inclusive, os analfabetos.

No curso da narrativa, o autor deixa clara a importância dada a cada personagem – médico/professor/aluno – e qual o papel deles no processo de combate à malária. Visto que a malária era uma doença que tinha mais incidência nas cidades do interior, é provável que o público alvo do livro fossem as crianças das escolas rurais. Como afirma Bertolli Filho, o discurso sanitário era direcionado para grupos específicos da sociedade, considerando a posição que ocupavam, como também o ambiente geográfico em que circulavam.

O médico é visto como o detentor da verdade científica, o locutor das mensagens sanitárias, tem seu discurso validado por todos os outros personagens da trama. Entretanto, precisa de outros personagens para ajudá-lo no combate à malária, pois, mesmo fazendo o saneamento da fazenda, era necessário que os moradores tivessem conhecimento do que estava sendo feito, para dar continuidade ao que tinha sido realizado pelos especialistas.

A professora/educadora é vista como uma transmissora de preceitos higiênicos. Caberia a ela e à escola o papel de “moldar” corpo e mente dos alunos, de acordo com o ideário vigente no período, podendo utilizar para isso o material fornecido pela SPES.

Por fim, a criança/aluno é vista(o) como aliada(o) na luta contra a malária. Apelando para a criação de um “exército” no combate à doença, o livro traz, através da história, uma explicação sobre a doença e, o mais importante, sobre as formas de combatê-la. As crianças, além de poderem ajudar no “policimento”, também poderiam transmitir o conhecimento adquirido na escola aos seus familiares, provavelmente colonos das fazendas paulistas. Sendo assim, além de conformar corpo e mente dos pequenos, o livreto poderia ser uma das formas de alcançar seus familiares.

Neste sentido, o livro *As Lições de Laurito e Pedrinho* pertencente à coleção *Publicações Populares da SPES*, faz parte de um contexto em que a educação passou a ser vista como importante aliada na causa de regeneração da população, acreditando-se ser possível garantir, por meio dela, a aquisição de hábitos saudáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTOLLI FILHO, Claudio. **História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p.476-491, set./dez. 2004.

CHOPPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p.54-566, set./dez. 2004.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

DELGADO, Buenaventura. Los libros de texto como fuente para la historia de la educacion. **Historia de la Educacion**, n. 2, p. 352-358, 1983.

FERREIRA, Gomes Antônio. Higiene e controlo médico da infância e da escola. **Cardernos Cedes**, v. 23, n. 59, p. 9-24, 2003.

GONÇALVES, Adilson José. SPES. **Saúde Pública, educação e comunicação: estratégias de sedição/sedução (1938-1969)**. 2001. [s/n]. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde Coletiva, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

GONDRA, José Gonçalves. Homo Hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do Homem. **Cadernos Cedes**, v. 23, n. 59, p. 25-38, 2003.

INSTITUTO DE SAÚDE, Revisitando o Passado, São Paulo, Secretaria do Estado da Saúde, 1987 apud GONÇALVES, Adilson José. SPES. **Saúde Pública, educação e comunicação: estratégias de sedição/sedução (1938-1969)**. 2001. [s/n]. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde Coletiva, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARAGLIANO JUNIOR. **As lições de Laurito e Pedrinho**. (Do 66º ao 85º milheiro). Secretaria da Saúde Pública e Assistência Social Secção de Propaganda e Educação Sanitária do Departamento de Saúde do Estado de São Paulo, São Paulo, 1953.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos educadores e discurso eugênico**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MASCARENHAS, Rodolfo dos Santos. **Contribuição para o estudo da administração sanitária estadual em São Paulo**. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1949.

MASCARENHAS, Rodolfo dos Santos. História da saúde pública no estado de São Paulo. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 7, p. 433-446, 1973.

OSSENBACH, Gabriela. La red Padre-Manes: Una experiencia de integración de bases de datos y bibliotecas virtuales de manuales escolares europeos y latinoamericanos. **Historia Caribe**, Barranquilla, n. 10, p. 135-143, 2005.

PUELLES BENÍTEZ, Manuel; TIANA FERRER, Alejandro. El proyecto MANES: una investigación histórica sobre los manuales escolares. **Bile**, p. 49-50, mai. 2003.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim... Inventário da saúde pública**. São Paulo – 1880-1930. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas: Mercado de Letras: Fapesp, 2003.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. **Cadernos Cedes**, v. 23, n. 59, p. 39-56, 2003.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Persuasão e terror: a linguagem da higiene em manuais escolares brasileiros (São Paulo, 1920-1950). **Historia y Memoria de la Educación**, 2 (2015): 261-292.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 9.247, de junho de 1938. Crêa o Departamento de Saúde do Estado. São Paulo, 1938a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1938/decreto-9322-14.07.1938.html>>. Acesso em: 10 dez. 2015

_____. Decreto nº 9.322, de 14 de julho de 1938. Organiza a Diretoria da Secção Técnica de Propaganda e Educação Sanitária do Departamento de Saúde Pública do Estado de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, 1938b. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1938/decreto-9322-14.07.1938.html>>. Acesso em 10 dez. 2015

SPES, Coletânia, 1ª série, Departamento de Saúde do Estado de São Paulo, 1938 apud GONÇALVES, Adilson José. SPES. **Saúde Pública, educação e comunicação**: estratégias de sedição/sedução (1938-1969). 2001. [s/n]. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde Coletiva, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolfo. **Poder e saúde**: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo. São Paulo. Editora da UNESP, 1996.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.